

ARGUMENTAÇÃO E POLIFONIA EM DICIONÁRIOS INFANTIS DE LÍNGUA PORTUGUESA

Maria Cláudia Teixeira¹

Resumo: Fundamentado na perspectiva teórica da Semântica Argumentativa, este artigo tem por objetivo analisar o verbete “voto” em diferentes dicionários infantis de língua portuguesa, a fim de verificar, através dos conceitos ducrotianos de polifonia e topos, o modo como o sentido é construído neste tipo de dicionário.

Palavras-chave: Polifonia; Topos; Dicionário infantil; Sentido.

Considerações iniciais

O interesse crescente pelo estudo da lexicografia de língua portuguesa no Brasil deve-se à inserção dos dicionários no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), em 2001. O PNLD foi criado em 1985 pelo Ministério de Educação do Brasil e objetiva a seleção, aquisição e distribuição gratuita de livros didáticos para alunos de escolas públicas do Ensino Fundamental. Desde 2001 os dicionários passaram a fazer parte desse processo, ocasionando um *boom* no mercado editorial e despertando o interesse de estudiosos e pesquisadores.

Os estudos desenvolvidos em torno dos dicionários infantis geralmente são focados na questão do ensino de língua materna, especificamente em como explorar os dicionários nas aulas de leitura, o que coloca o dicionário também como um material didático para ensinar as regras da língua, sempre com orientações ao professor. Nosso trabalho com esse tipo de material, no entanto, se faz no sentido de observar o funcionamento da língua e seus modos de significar nesse tipo de texto. O que buscamos é compreender os modos de funcionamento da língua para significar a relação sujeito-mundo e, a partir disso, observar como é posta a questão da significação para discutir de que forma o dicionário infantil de língua portuguesa organiza seus modos de dizer para a criança e sobre a criança, pensando no modo como o sentido se coloca pela significação.

Os dicionários infantis nos interessam porque se configuram como um acontecimento, uma reorganização, um novo fazer que rompe com a tradição lexicográfica brasileira, diferenciando-se de outras obras gerais. Motivados pelo momento histórico pelo qual passa o país – as eleições

¹ Professora Colaboradora do departamento de Letras na Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO; doutoranda no Programa de Linguística pela Universidade de Campinas – UNICAMP (m_teixeira5@yahoo.com.br)

presidenciais –, estabelecemos como recorte para a análise o verbete “voto”, a fim de verificar, pelo enunciado definidor, que sentido é dado sobre o voto para a criança.

Sobre os dicionários infantis

Os dicionários infantis de língua portuguesa surgiram para atender necessidades pedagógicas e funcionam como apoio didático aos professores, principalmente no que se refere à leitura. A elaboração desse tipo específico de dicionário fez surgir uma nova denominação, ainda muito discutida: *Lexicografia Pedagógica*.

De acordo com Krieger (2003, p.71), “nos tempos atuais, constata-se um avanço editorial no plano de lexicografia pedagógica ou didática, que se destina aos estudantes no aprendizado de sua língua materna”. A *Lexicografia Pedagógica* refere, portanto, à produção de dicionários destinados aos estudantes.

De acordo com a proposta do PNLD, os dicionários destinados às escolas são classificados em três tipos, de acordo com a proposta lexicográfica (seleção de palavras e informações disponíveis), número de verbetes, tamanho de letra e existência ou não de ilustrações: tipo 1 (de mil a 3 mil verbetes), adequado à fase inicial de alfabetização; tipo 2 (de 3,5 mil a 10 mil verbetes); e os do tipo 3 (com 19 mil a 35 mil verbetes, serão orientados pelas características de um dicionário padrão, mas adequado a alunos de 3ª e 4ª série). Em nosso estudo daremos atenção aos dicionários do tipo 1, que também aparecem denominados como dicionários infantis.

Estudos voltados às investigações dos verbetes nesse tipo específico de dicionário são ainda bastante escassos e apresentam um campo amplo para investigações sobre os fatos da língua. Dessa forma, neste trabalho, faremos a análise do verbete “voto”, explicitando a multiplicidade de vozes presentes nos enunciados que o exemplificam e para isso, amparamo-nos na *Semântica Linguística* mobilizando o conceito de polifonia e *topos* dado por Oswald Ducrot.

Fundamentação teórico-metodológica

A semântica é o domínio que estuda a significação na língua. A Semântica Argumentativa, na qual se insere nossas reflexões, estuda o sentido construído pelo linguístico, de modo que o significado é apreendido sem a interferência do que está fora do enunciado. Pois, para Oswald

Ducrot, idealizador da Semântica Argumentativa, o que não é da ordem da língua não pode ser considerado como princípio explicativo.

O objeto de estudo da Semântica Argumentativa é o sentido linguístico que se produz, segundo o enunciado, no emprego da língua. Trata-se, portanto, de uma semântica que busca a explicação do sentido no emprego da língua através do enunciado: “o objeto da pragmática semântica (ou linguística) é assim dar conta do que, segundo o enunciado, é feito pela fala” (DUCROT, 1987, p. 164).

Em seu *Esboço de uma teoria polifônica da enunciação* (1987) Ducrot propõe-se a contestar a tese da unicidade do sujeito, que vê o sujeito como fonte e origem do dizer e como se a sua identificação pudesse ser feita apenas pelas marcas de primeira pessoa. Posicionando-se contra a concepção de unicidade do sujeito, Ducrot (1987) apresenta a teoria da polifonia, mostrando que um enunciado apresenta mais de uma voz. Para isso, o autor sustenta a tese de que o “enunciado assinala, em sua enunciação, a superposição de diversas vozes” (DUCROT, 1987, p. 172).

Para explicar o sentido produzido no enunciado, Ducrot distingue, a partir das formulações iniciais de sua proposta teórica, os conceitos de frase e enunciado.

O que eu chamo “frase” é um objeto teórico, entendo por isso, que ele não pertence, para o linguista, ao domínio do observável, mas constitui uma invenção desta ciência particular que é a gramática. O que o linguista pode tomar como observável é o enunciado, considerado como a manifestação particular, como ocorrência *hic et nunc* de uma frase (DUCROT, 1987, p. 164).

Assim posto, a frase é um esquema instrucional que não produz sentido, apenas uma significação “resultante da interpretação das relações dos termos que a compõem” (CABRAL, 2011, p. 28). O enunciado aparece definido como a ocorrência histórica da frase e é este que produz o sentido a partir da descrição da enunciação, conforme aponta o autor: “o sentido é uma qualificação da enunciação, e consiste notadamente em atribuir à enunciação certos poderes ou certas consequências” (DUCROT, 1987, p. 174).

Ducrot (1987) ainda distingue a enunciação, definindo-a como o acontecimento histórico da aparição do enunciado. “A realização de um enunciado é de fato um acontecimento histórico: é dado existência a alguma coisa que não existia antes de se falar e que não existirá mais depois” (DUCROT, 1987, p. 168). A enunciação é, portanto, um acontecimento enquanto aparição momentânea do enunciado.

A partir da distinção entre frase e enunciado e da afirmação de que o sentido é dado pela descrição que a enunciação faz do seu enunciado, Ducrot (1987) procura mostrar que um enunciado contém representações de diferentes sujeitos, sustentando, portanto, que há enunciados que apresentam uma pluralidade de responsáveis por sua enunciação. Entre os sujeitos responsáveis pelo enunciado, convocados para a cena enunciativa, o autor distingue pelo menos dois tipos de personagens ou figuras enunciativas: os locutores e os enunciadores. A estes dois tipos de personagens convocados para a cena enunciativa, ligam-se os dois níveis de polifonia: o primeiro que se dá no nível do locutor e o segundo no nível do enunciador.

O locutor (L) é o responsável pela enunciação. No enunciado, as marcas do locutor são as da 1ª pessoa (o EU que fala para uma segunda pessoa TU – alocutário). O enunciador (E) engloba os seres que se exprimem por meio do enunciado; é aquele que focaliza, sendo o responsável pelos pontos de vista expressos pelo enunciado. Dito de outra forma, o enunciador caracteriza-se como uma outra voz no interior do enunciado que não é a do locutor. “É preciso ficar claro que enunciadores (E) não são pessoas, mas pontos de vista abstratos” (CABRAL, 2011, p. 43). Locutor e enunciador são duas figuras enunciativas que se relacionam, o primeiro coloca em cena o segundo. Ducrot (1987) propõe três atitudes do locutor em relação aos enunciadores: 1) o locutor se assimila/identifica a um enunciador; 2) o locutor rejeita/recusa (o ponto de vista) o enunciador e 3) mostra/dá acordo ao enunciador (esse é o caso da proposição).

A partir da distinção entre locutor e enunciador, Ducrot (1987) descreve o fenômeno da negação que, segundo ele, no nível dos enunciadores, apresenta pontos de vistas opostos no enunciado. Três são os tipos de negação: 1) negação metalinguística; 2) negação polêmica e a 3) negação descritiva.

Para dar conta da argumentação na língua, Ducrot integra o conceito de polifonia à Teoria dos Topoi, de modo que o conteúdo semântico é concebido como tendo natureza argumentativa. Por meio do estudo do conector *mas*, o autor observa que o enunciado apresenta diferentes enunciadores e, também, que é o enunciado que direciona a argumentação para determinada conclusão. Com relação a essa direção argumentativa estabelecida no enunciado, Ducrot propõe como unidade de análise o topos, princípio argumentativo que assegura a passagem do argumento à conclusão. Segundo Ducrot, os topoi podem ser universais (compartilhados pelo enunciador e seu destinatário), gerais (aplicados a mais de um enunciado) e graduais (põe em relação duas escalas). Dessa noção de gradualidade deriva a noção de formas tópicas (FT): quanto

mais P, mais Q; quanto menos P, menos Q; quanto mais P menos Q e quanto menos P mais Q. Todas essas noções apresentadas aqui serão aplicadas na análise abaixo.

Colocadas as noções teóricas passamos a análise do verbete “voto”, recortado de três dicionários infantis de língua portuguesa que compõem o *corpus* desse trabalho. Com isso, mostraremos que não há unicidade de sujeito nem de sentido no dicionário, mesmo sendo este tomado, imaginariamente, como o lugar da unicidade e evidência de sentidos por excelência.

Análise do verbete “voto”

O verbete selecionado como *corpus* foi recortado de três diferentes dicionários infantis de língua portuguesa, todos eles selecionados pelo PNLD e distribuídos nas escolas públicas de Ensino Fundamental. Segue abaixo as definições do verbete:

1. **Voto** (vo-to) **substantivo**

Maneira de expressar a vontade ou opinião numa eleição ou numa assembléia: Os **votos** para representante de turma foram todos para Carlos.

(FERREIRA, 2005, p. 357).

2. **Voto** vo-to [ó]

1. Voto é a opinião que alguém manifesta em relação a alguém ou alguma coisa em uma eleição.

No Brasil os políticos são escolhidos por voto durante as eleições.

- Família: votação, votar

(BIDERMAN, 2005, p. 209)

3. **VOTO**

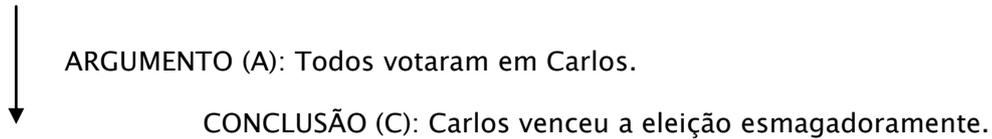
- Modo de dar a opinião numa situação pública ou num grupo.

*Ela foi eleita representante pelos **votos** da classe.*

(GIACOMOZZI, 2005, p. 283).

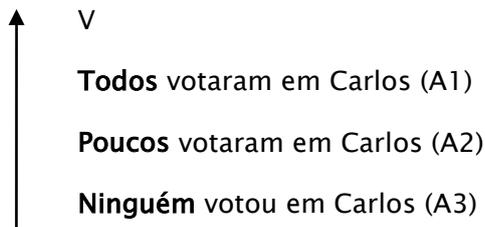
(1) “Os votos para representante de turma foram todos para Carlos”.

Encadeamento Argumentativo (EA1)



Força Argumentativa

Na escala V (voto) todos opera sobre “vitória”, atuando como determinante. Nesta escala “todos” é o argumento mais forte.



E1: Todos votaram em Carlos.

E2: Carlos recebeu votos.

Sustentação da argumentação A em EA1

O enunciador E1 convoca um princípio geral de argumentação (*topos*) que sustenta a direção argumentativa em questão:

Topos convergente (T1)

(P – Voto; Q – Vitória)

Forma Tópica 1 [+P,+Q]: Quanto mais voto, maior a chance de vitória.

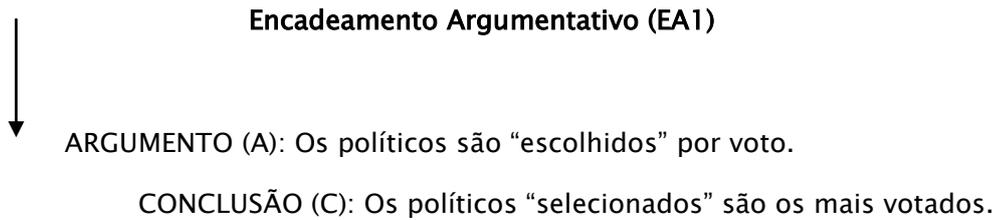
Forma Tópica 2 [-P,-Q]: Quanto menos voto, menor a chance de vitória.

Portanto:

EA1: E1 → T1 FT1 [+P,+Q]

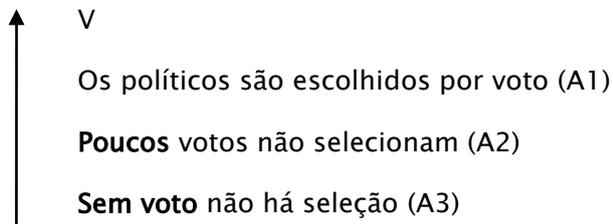
Leia-se: No encadeamento argumentativo 1, o enunciador 1 convoca o topos 1, segundo o qual, pela forma tópica 1, quanto mais voto, maior a chance de vitória.

(2) No Brasil os políticos são escolhidos por voto durante as eleições.



Força Argumentativa

Na escala V (voto) escolha opera sobre “voto”, atuando como determinante. Nesta escala “escolha” é o argumento mais forte.



E1: Os políticos são selecionados por votos.

E2: Sem voto não há seleção de políticos.

Sustentação da argumentação A ~~C~~ em EA1

O enunciador E1 convoca um princípio geral de argumentação (*topos*) que sustenta a direção argumentativa em questão:

Topos convergente (T1)

(P – Voto; Q – Seleção)

Forma Tópica 1 [+P,+Q]: Quanto mais voto, maior a chance de seleção.

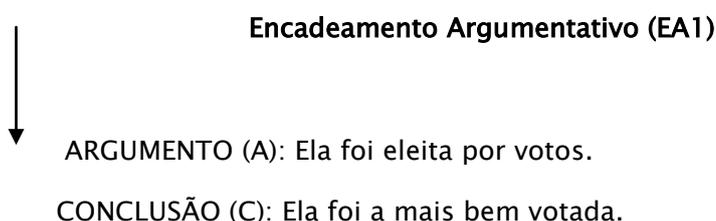
Forma Tópica 2 [-P,-Q]: Quanto menos voto, menor a chance de seleção.

Portanto:

EA1: E1 → T1 FT1 [+P,+Q]

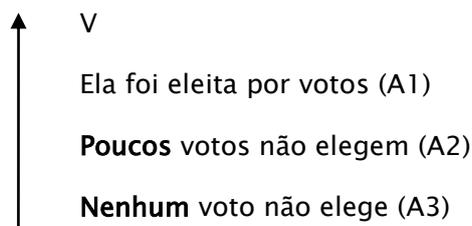
Leia-se: No encadeamento argumentativo 1, o enunciador 1 convoca o topos 1, segundo o qual, pela forma tópica 1, quanto mais voto, maior a chance de seleção.

(3) “Ela foi eleita representante pelos votos da classe”



Força Argumentativa

Na escala V (voto) voto opera sobre “eleita”, atuando como determinante. Nesta escala “eleita” é o argumento mais forte.



E1: Ela foi eleita por votos.

E2: Houve disputa por votos na eleição.

Sustentação da argumentação A Com EA1

O enunciador E1 convoca um princípio geral de argumentação (*topos*) que sustenta a direção argumentativa em questão:

Topos convergente (T1)

(P – Voto; Q – Eleição)

Forma Tópica 1 [+P,+Q]: Quanto mais voto, maior a chance de ser eleita.

Forma Tópica 2 [-P,-Q]: Quanto menos voto, menor a chance de ser eleita.

Portanto:

EA1: E1 → T1 FT1 [+P,+Q]

Leia-se: No encadeamento argumentativo 1, o enunciador 1 convoca o topos 1, segundo o qual, pela forma tópica 1, quanto mais voto, maior a chance de ser eleita.

Considerações finais

A análise dos exemplos apresentados pelo dicionário infantil é produtiva por permitir refletir acerca do modo como os sentidos se constituem nesse tipo de material. Se, como em todo dicionário, a definição funciona como o lugar, por excelência, de estabilização do sentido, produzindo um efeito de saturação daquilo que se diz sobre o objeto, ou seja, imaginariamente, como esgotando a possibilidade de dizer, os exemplos instauram novos sentidos ou, então, sentidos não-textualizados na estrutura da definição.

O olhar para os exemplos a partir da perspectiva ducrotiana da argumentação, em especial sob a ótica da teoria do topos, nos permitiu concluir que um aspecto do sentido de “voto” não é explicitado na definição lexicográfica: seu caráter escalar. A definição não refere a quantificação como necessidade constitutiva da tomada de uma decisão, caráter explicitado nos exemplos. O efeito produzido simula uma divisão do locutor para dar conta dos sentidos por meio de dois elementos da estrutura lexicográfica: a definição e a exemplificação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBISAN, L. B.; TEIXEIRA, M. Polifonia: origem e evolução do conceito em Oswald Ducrot. **Organon**: Revista do Instituto de Letras da UFRGS. Porto Alegre, v. 16, n. 32/33, p. 161–180, 2002.

BIDERMAN, M. T. C.; CARVALHO, C. S. **Meu primeiro livro de palavras**: um dicionário ilustrado do português de A a Z. São Paulo: Ática, 2005.

CABRAL, A. L. T. **A força das palavras**: dizer e argumentar. São Paulo: Contexto, 2011.

DUCROT, O. Esboço de uma teoria polifônica da enunciação. In: _____. **O dizer e o dito**. Campinas, SP: Pontes, 1987.

FERREIRA, A. B. de H. **Aurelino**: o dicionário infantil ilustrado da língua portuguesa. Curitiba, PR: Positivo, 2005.

GIACOMOZZI, G. **Descobrendo novas palavras**: dicionário infantil. São Paulo: FDT, 2005.